

## LIMITES À REVERSÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS: A RECOLOCAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Niemeyer Almeida Filho

**Resumo:** o artigo trata da problemática da dependência. A tese é que a evolução do capitalismo nos últimos trinta anos, particularmente desde os anos 1990, aprofunda os traços de dependência dos países que eram tidos, na origem da discussão sobre este tema, como subdesenvolvidos. Hoje, esses países já completaram as suas transições ao capitalismo avançado. Desta forma, a dependência ganha contornos estruturais suficientes para que uma teoria específica seja formulada. Como esta questão do status teórico foi polêmica nas primeiras discussões, sustenta-se que ela deva ser retomada, porém em novas bases. Ao final, sugere-se uma agenda teórica para que isto seja feito.

### *1. Introdução*

Passados mais de dez anos da implementação extensiva de políticas econômicas neoliberais em países da América Latina, parece suficientemente evidente que os resultados são muito aquém dos prometidos. Este reconhecimento não vem apenas dos críticos dessas políticas, mas dos próprios defensores, embora estes vejam neste fracasso uma justificativa de aprofundamento das reformas institucionais, que procuram ampliar o escopo do espaço privado em detrimento do espaço público, ou que procuram garantir a primazia e a supremacia do mercado em relação ao Estado.

Além da constatação dos resultados “inesperados”, parece cada vez mais claro que essas políticas econômicas consolidam práticas, regras e normas de operação de mercados e da regulação do Estado de difícil e custosa reversão, articulando de uma forma particular relações assimétricas dos diversos países e economias no âmbito do sistema capitalista internacional, nos termos que foram a base da discussão da **teoria da dependência** nos anos 1960 e 1970: consolida-se uma situação em que os desígnios da “economia mundial” estão cada vez mais concentrados num conjunto muito pequeno de países.

Neste nosso artigo, sustentaremos a tese de que a evolução do capitalismo nas últimas três décadas, em particular na dos anos 1990, dá novos elementos de apoio à idéia de que o sistema capitalista é intrinsecamente desigual, caracterizando o que o Aporte da Dependência chama de dicotomia entre países centrais e periféricos. Por esta razão, entendemos ser pertinente a retomada da discussão – teórica, histórica – sobre a dependência, que tem sido considerada como uma discussão já superada pelos argumentos em contrário à sua aceitação como problemática distintiva da Teoria do Imperialismo, por exemplo.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira delas, sintetizamos os principais elementos teóricos do Aporte da Dependência. Como se trata de um aporte com diversas perspectivas, há uma opção por duas delas, uma conhecida como neo-Marxista, cujos trabalhos principais são de DOS SANTOS e MARINI e a outra relacionada ao trabalho de CARDOSO e FALETO. Na segunda seção, mostramos como as transformações recentes do capitalismo na fase de “globalização financeira” caracterizam uma nova forma de dependência, inteiramente compatível com o enfoque da Dependência. Na terceira seção, mostramos que, não obstante existam evidências favoráveis a essa teoria, há questões teóricas relevantes a serem enfrentadas. Finalmente, na quarta seção, a título de conclusão, apresentamos uma agenda de discussão para uma possível retomada deste tema como tema relevante e distintivo da Economia Política.

## **2. O aporte da Dependência**

Dada a sua natureza de reunir um conjunto de contribuições, o Aporte da Dependência foi em si objeto de diversos trabalhos, parte dos quais procura identificar linhas, ou mesmo avaliar a dimensão teórica do mesmo.

Segundo DIANA HUNT<sup>1</sup> (1989), que talvez tenha elaborado a resenha mais abrangente sobre o tema, uma primeira avaliação dos trabalhos voltados para a discussão sobre a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos foi feita por FRANK (1977). Este propunha uma separação das contribuições em dois grupos – (a) os primeiros trabalhos da CEPAL; e b) uma linha introduzida pelo próprio FRANK no livro *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (1967) e desenvolvida ao limite analítico em *lumpenbourgeoisie & lumpendevelopment* (1970).

Esta classificação foi polêmica, pois ignorava diferenças importantes entre os trabalhos iniciais (clássicos) da Escola Cepalina e os subseqüentes desenvolvidos por alguns de seus membros, sobretudo SUNKEL e FURTADO, mais centrados na questão da dependência. Além disto, a classificação falhava em não apontar ou destacar uma outra categoria de contribuições, das quais a mais importante foi a de CARDOSO e FALETO (1979).

---

<sup>1</sup> O livro de DIANA HUNT – Teorias Econômicas de Desenvolvimento – Uma Análise da Disputa dos Paradigmas, embora não seja o livro mais citado pelos autores que fazem parte do debate sobre a dependência, é um dos mais abrangentes, dedicando um capítulo inteiro para cada um dos paradigmas. Um deles é focado na “Análise da Dependência”, razão pela qual nos baseamos em suas considerações para uma avaliação das principais linhas de formulação sobre o tema.

Finalmente, a classificação falhava em não considerar trabalhos mais recentes fora da tradição neo-Marxista.

Da crítica desta primeira classificação é suportada numa outra classificação feita por PALMA (1979), que contorna em parte os problemas da de FRANK, DIANA HUNT identifica quatro categorias de estudos de dependência: a) a da tradição neo-Marxista, iniciada por Frank; b) a dos trabalhos mais recentes (anos 1970/80) de membros da CEPAL – FURTADO e SUNKEL; c) a dos estudos representados por CARDOSO e FALETO; e d) a dos trabalhos mais recentes de neo-Marxistas, uma vez que somente a partir de 1969/70 o conceito de dependência torna-se explicitamente um foco desta escola.

Dessas quatro categorias, as duas últimas merecem destaque para os propósitos deste ensaio. A primeira é superada pelos trabalhos mais sofisticados teoricamente de DOS SANTOS e MARINI; a segunda, embora investigue fenômenos relevantes, situa-se num campo distinto do marxista, opção central de nosso trabalho. Começemos pela última delas.

#### **ANÁLISE NEOMARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

É justamente na quarta categoria que se encontra a definição mais ampla e aceita no período inicial de desenvolvimento do Aporte, feita por THEOTÔNIO DOS SANTOS (1969), que vê a **teoria da dependência** como uma “visão da periferia” da **teoria do imperialismo** – para ele, “... Ao entender a dependência e conceituar e estudar os seus mecanismos e sua força histórica pode-se expandir e reformular a teoria do imperialismo” (pág. 73).

Segundo esta formulação, a definição de dependência é a de uma situação de condicionamento na qual economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. Uma relação de interdependência entre dois ou mais países ou entre estes países e o sistema mundial de comércio torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem expandir-se por movimento próprio, enquanto outros, estando numa situação de dependência, só podem expandir-se como um reflexo da expansão dos países dominantes, os quais devem ter efeitos positivos ou negativos nos seus desenvolvimentos imediatos.

Os centros do capitalismo são, em princípio, capazes de um desenvolvimento autárquico, completamente independente da Periferia, sendo que o reverso não ocorre. A acumulação nos centros é possível pelo crescimento dos salários a uma taxa sustentável, e que permite a realização sustentável e crescente da acumulação, através da expansão do consumo. A tendência a superacumulação, com a conseqüente necessidade da expansão das

oportunidades de investimentos, é contrarrestada pelo capitalismo monopolista através do uso não produtivo do excedente em itens como os serviços de bem-estar, propaganda, gastos militares, etc. Esses mercados, como BARAN e SWEEZY mostraram, servem simultaneamente para expandir o consumo e para reduzir o excedente reinvestível. Assim, tanto a realização do excedente, quanto a apropriação de excedente dos países periféricos não é logicamente necessária ao desenvolvimento do centro.

No entanto, o movimento concreto da acumulação não segue integralmente esta formulação, pois, na prática, em razão de que inicialmente “os salários reais no centro não cresceram suficientemente, uma forma de expansionismo foi necessária, o que conferiu algumas funções à Periferia [, como provisão de mercados para manufaturados e oferta de matérias-primas baratas]. Desde as últimas décadas do século dezenove, contudo, os salários reais têm crescido no Centro a uma taxa mais elevada, e isto tem causado um expansionismo do modo de produção capitalista para assumir novas formas (imperialismo e a exportação de capital) e também conferido à Periferia novas funções a cumprir”. (AMIN, 1976:76, apud HUNT, 1989:201, tradução própria)

Ainda assim, o argumento neo-Marxista sustenta que essas novas funções da Periferia não são essenciais à sobrevivência do capitalismo, não obstante ajudem a contrarrestar a tendência declinante da taxa de juros, pois o capitalismo monopolista tem concretamente encontrado formas de contrarrestar essa tendência em nível do Centro.

Portanto, para os neo-Marxistas, a Periferia não é essencial ao desenvolvimento do capitalismo no Centro; não há uma verdadeira interdependência entre o Centro e a Periferia, no sentido de serem partes diferentes, complementares, mas igualmente importantes, uma para a outra. Isto não contradiz a avaliação de que o Centro tenha convenientemente se aproveitado e explorado a Periferia de forma a potencializar a sua própria acumulação de capital.

São três os temas comuns à análise neo-Marxista da dependência:

- a) as formas dominantes de dependência econômica na Periferia têm mudado no tempo em resposta às mudanças nas condições econômicas no Centro;
- b) a condição de dependência é sustentada através da colaboração voluntária dos interesses das classes dominantes na Periferia; e

c) uma característica inerente do subdesenvolvimento ou desenvolvimento dependente é a restrição da massa de rendimentos, que se expande muito mais lentamente do que a do Centro, limitando a expansão dos mercados domésticos na Periferia.

Esta formulação vai ser objeto de crítica no próprio campo crítico em que ela se situa. Aqui, por razões já apontadas tomamos como contraponto aquela que tem o fundamento mais sólido e que descrevemos a seguir.

### **CARDOSO E FALETO: O ESCOPO DO “DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE” E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS ESPECÍFICOS DOS PAÍSES**

CARDOSO e FALETO (1979) enfatizam a diversidade das experiências de dependência, sugerindo a necessidade do estudo das situações específicas de cada um dos países. Há, pelo menos, dois aspectos em comum com a análise neo-Marxista – a existência de um sistema capitalista mundial integrado; e a concepção de que as condições políticas e econômicas no Terceiro Mundo são determinadas pela interação de fatores internos e externos.

Eles definem dependência como uma situação em que a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar os seus componentes essenciais dentro do sistema. Há estágios variados e formas de dependência, a depender da composição de propriedade da produção na Periferia.

Entretanto, enquanto a análise da dependência das outras linhas (as outras três categorias citadas anteriormente) sugere que a mudança na Periferia é preponderantemente determinada externamente, CARDOSO e FALETO dão grande ênfase ao escopo da geração interna da mudança. Um suposto básico de suas análises é o de que a estrutura social não é imutável. Assim, o sucesso – o desenvolvimento – é possível e o seu alcance depende fortemente dos níveis de desenvolvimento econômico e do equilíbrio das forças políticas de cada um dos países da periferia. Esta perspectiva é qualitativamente diferente da neo-Marxista, que conclui que o desenvolvimento na Periferia só é possível no Socialismo.

Para finalizar provisoriamente esta nossa referência, podemos acompanhar DIANA HUNT (1989) na avaliação do potencial do Aporte de constituir-se num paradigma alternativo de desenvolvimento. Considera ela que dentre aqueles que consideram o conceito de dependência significativo há várias interpretações da forma e significado do mesmo. Essas interpretações vão desde aquela que afirma que existe uma característica distintiva e permanente na Periferia, que leva inexoravelmente a um bloqueio do desenvolvimento, até aquela em que se considera que a dependência afeta a todos os países – desenvolvidos e

menos desenvolvidos – em diversos graus, e/ou que esta não é uma condição imutável para todos os países da periferia, mesmo quando eles se mantenham como parte do sistema capitalista internacional. Dadas essas diferenças marcantes de perspectiva, considera ela que faz pouco sentido falar em um **paradigma da dependência**.

Porém, não obstante esta avaliação, é preciso reconhecer que há questões teóricas relevantes apresentadas pelo aporte. Não por outra razão, este debate parece estar sendo retomado.

### A RETOMADA DO DEBATE

Em seu livro mais recente, THEOTÔNIO DOS SANTOS (2000:7), como um dos defensores mais radicais do **Aporte da Dependência**, propõe-se a “retomar o fio da meada de uma polêmica que está profundamente associada à história dos povos colonizados e dependentes”.

Nesta tarefa, escolhe como ponto de partida um balanço crítico das principais contribuições ao tema. Ele utiliza cinco livros como base de avaliação das contribuições mais importantes ao tema da dependência, todos eles publicados no breve período de 1989\90 – Development Theory and the Three Worlds, HETTE (1990); Economic Theories of Development, HUNT (1989); Latin American Theories of Development and Underdevelopment, KAY (1989); Theories of Development, LARRAIN (1989); e Democracy and Development in Latin America, LECHMAN (1990).

Segundo THEOTÔNIO, a origem da Teoria da Dependência<sup>2</sup> está marcada historicamente pelo debate realizado em torno das políticas de desenvolvimento empreendidas pelos países considerados subdesenvolvidos, e em torno dos seus resultados relativos ao período que vai do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Ali ficava claro que a opção pela industrialização coordenada e, na maior parte dos casos, realizada pelos Estados nacionais, apresentava limitações que precisavam ser compreendidas.

*“... a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num*

---

<sup>2</sup> A referência distintiva a “teoria” em relação a “aporte” utilizada por THEOTÔNIO DOS SANTOS – Teoria da Dependência – denota uma avaliação de solidez teórica das idéias maior do que a avaliação que fazem os críticos. A “teoria” constitui-se numa mediação entre as transformações do real e a apreensão em nível do pensamento. Trata-se de um ordenamento mental de aspectos que não estão claramente articulados para serem imediatamente compreendidos, assimilados e passíveis de orientar a prática. A referência à Teoria da Dependência implica numa avaliação de que existem maiores pontos em comum do que de divergência dos autores que fazem parte do Aporte.

*período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização”.*(DOS SANTOS, 2000:26).

Desta consideração, THEOTÔNIO subliminarmente assume que ali, naquele momento histórico, nasce uma divergência de concepção entre duas das linhas que ele parece considerar como as mais ricas – a neo-Marxista e a do “capitalismo associado”. Talvez para sustentar esta leitura, ele afirma que é dessas duas correntes que se estabelece um debate a respeito alcance e pertinência da Teoria da Dependência, e das estratégias de ação colocadas pelas políticas de desenvolvimento na Periferia.

Um aspecto síntese dessas divergências e debate é o das possibilidades de desenvolvimento na Periferia. Os neo-Marxistas consideram que o **sistema capitalista**, uma vez constituído, apresenta limites, mais ou menos rígidos, a depender das circunstâncias históricas, da natureza das inserções, de tal maneira que aos países periféricos não se apresentariam possibilidades concretas de desenvolvimento social. Haveria uma possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, porém, dadas as condições particulares de superexploração do trabalho, este desenvolvimento não se converteria em progresso extensivo das condições de vida, pois os benefícios – a apropriação do excedente – ocorreriam de forma particularmente concentrada. Esta é uma consideração teórico-histórica de caráter generalizável para o sistema capitalista, com força suficiente para justificar a afirmação de que haveria uma qualificação à abordagem do imperialismo, com uma perspectiva diferenciada do significado do mesmo.

A vertente representada por CARDOSO não admite esse alcance teórico, chegando a afirmar que:

*“Em crítica recente foi ressaltada a hesitação com que lido com a idéia de dependência: noção, conceito, ‘teoria’, caracterização ‘concreta’ ou o quê? O reparo neste ponto como em alguns outros mais, é procedente. Em parte esta hesitação pode ser explicada por motivos político-ideológicos, em parte, entretanto, ela deriva da falta de definição mais clara do universo de discurso teórico em que me situo.*

*(...) O sentido prático do estudo sobre a dependência, no contexto latino-americano, deriva da maior sensibilidade que este tipo de abordagem poderia ter para discriminar situações de dependência e especificar, em cada uma delas, quem são os contendores reais na luta política pela dominação econômica. Na medida em que a ‘dependência’*

*passa a ser o ‘amálgama confuso’ de relações e articulações indeterminadas (como em alguns textos passou a ser) e na medida em que se pretende fazer uma ‘teoria’ a partir da opacidade de um ‘conceito’ brumoso, minha reação imediata é a de recusar foros de ciência a este tipo de ideologia.*

*Entretanto, além dessa reserva (que é compartilhada por certo por quem encara o tema com seriedade), existe outra, de natureza intelectual. Eu não penso que a categoria (estou usando esta expressão sem atribuir-lhe dimensão diversa da expressão conceito) de dependência possua o mesmo status teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação, etc. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo.(CARDOSO, 1995:100).*

Por certo, esta divergência quanto ao alcance teórico do Aporte não pode ser aqui reproduzida, mas ela serve para nos informar em que base ocorre o debate que vai, a um certo momento, orientar duas posições bem definidas de estratégias de desenvolvimento. A primeira delas – neo-Marxista – é uma posição muito forte de avaliação de que o desenvolvimento social<sup>3</sup> não tem possibilidades de ocorrer na Periferia, nos limites do capitalismo. Assim, uma estratégia natural de desenvolvimento é de luta política de oposição à razão da acumulação, ou, se quisermos, uma luta política de oposição aos desígnios do mercado, ampliando o escopo da intervenção do Estado.

Vale a reprodução de um longo trecho de MARINI (2000) que se segue a uma avaliação da natureza do processo de “globalização” e das razões que teriam permitido o avanço do neoliberalismo. A crítica mais aguda vai contra a tentativa de construção de uma pretensa estratégia comum de superação do “subdesenvolvimento” pela via do mercado. Há uma comparação das situações dos países da América Latina, onde houve uma adoção muito mais entusiástica, com a situação de países asiáticos, particularmente a Coreia do Sul, onde se preservou o controle pelo Estado do sistema financeiro e das políticas ativas de desenvolvimento.

*“A incompetência que estão demonstrando as classes dominantes latino-americanas e seus Estados para promover a defesa de nossas economias transfere para os trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa. A ameaça de desindustrialização que se abate sobre a região, os atrasos que apresenta o sistema educacional e a insuficiência*

---

<sup>3</sup> Desenvolvimento social é uma terminologia que não faz parte da literatura e que aqui estamos utilizando para nos referirmos a um progresso social compatível com os níveis de desenvolvimento alcançados pelos países centrais do sistema capitalista.



*das políticas científicas e tecnológicas, somados à falta de políticas centradas no desenvolvimento econômico –, colocam a América Latina na ante-sala de uma situação caracterizada pela exclusão de amplos contingentes populacionais em relação às atividades produtivas, pela degradação do trabalho e pela deterioração dos padrões salariais e de consumo.*

*Os trabalhadores não poderão reverter essa situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocam firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre a base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial. Só sua intervenção ativa na formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização dos instrumentos da democracia direta, da participação popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo do século XXI. É neste sentido que a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode se divorciar da luta pela democracia.*

*(...) A constituição progressiva de um verdadeiro proletariado internacional, que é a contrapartida necessária da globalização capitalista, permitirá recolocar em novas bases a luta dos povos por formas de organização superiores.” (págs. 293-295)*

Em oposição a esta estratégia política sustentada por MARINI, CARDOSO e FALETO (1979) ressaltam as ligações entre as burguesias de países centrais e periféricos, mostrando que nesses últimos consolidam-se interesses que dificultam o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva nacional. Este é na verdade o aspecto principal de crítica que os mesmos fazem à Escola Cepalina, que teria desconsiderado a dimensão política da dependência. No entanto, como CARDOSO e FALETO rejeitam a dependência como um âmbito teórico específico, tomando-a como um conceito analítico, que tem o sentido de apreender uma questão relativa ao desenvolvimento capitalista histórico, sustentam que é preciso realizar estudos das suas diversas formas fenomênicas – os estudos de como a dependência apresenta-se nas diversas formações sociais.

Assim, aceitando a validade da idéia de dependência como uma razão para um atraso relativo no desenvolvimento capitalista na Periferia, sugerem uma estratégia de desenvolvimento que não pode ser completamente generalizada, sobretudo se compararmos com a estratégia exposta por MARINI. O traço em comum às duas estratégias é que se aceita que há uma possibilidade de desenvolvimento na Periferia, certamente submetida aos limites

dos interesses do capitalismo monopolista, cuja direção é centralizada nos países mais desenvolvidos, com vínculos orgânicos nos países subdesenvolvidos. Porém, para CARDOSO e FALETO existem especificidades nas estratégias nacionais que dependem das condições concretas de cada um dos países.

Como admite DOS SANTOS (2000:35), essa tese ganhou força internacional e criou o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar na década de 1980, no México, Argentina, Peru, Venezuela, Bolívia e Brasil. Forças políticas de natureza populista ou liberal acabaram por conceder apoio aos programas de ajuste, aqueles que podem ser extraídos da agenda do Consenso de Washington, que visavam assegurar a estabilidade monetária e a garantia de fundamentos econômicos sólidos, nada mais do que uma garantia de que os “interesses internacionais”, ligados organicamente ao grande capital e a investidores institucionais, estariam preservados.

Contudo, os efeitos dos programas de ajuste e das políticas deles derivadas não foram os esperados. As reformas e as políticas econômicas neoliberais engendraram uma instabilização estrutural – uma condição em que problemas econômicos localizados em economias ou regiões estendem-se para o conjunto do sistema capitalista. Nesta condição, os países periféricos funcionam como instâncias de ajuste – em condições de crescimento global são alavancados pelas perspectivas de ganhos extraordinários que apresentam; em condições de instabilização, como acontece no momento com a possibilidade de guerra no Iraque, são considerados como áreas de risco, nas quais as aplicações de capital e investimentos financeiros devem ser diminuídos.

Este é tipicamente um fenômeno de dependência, que se apresenta com uma clareza muito maior do que no período em que os países da Periferia eram considerados “atrasados”, “subdesenvolvidos”, ou “pré-capitalistas”. Neste sentido, sustentamos que a questão da dependência é recolocada pelas próprias transformações do capitalismo, merecendo nossa atenção.

### **3. A Dependência Recolocada: os efeitos e limites das políticas econômicas neoliberais nos anos 1990.**

Essa nova forma de dependência pode ser especificada de duas maneiras distintas. A primeira delas é pela concentração de riqueza que vem ocorrendo nos países considerados centrais. ARRIGHI (1997), para evidenciar este aspecto, formula o conceito de **núcleo orgânico do capitalismo**, que consiste no conjunto formado pelos países que nos últimos cinquenta anos, até 1988, ocuparam as posições mais altas na hierarquia da riqueza global e,

em virtude desta posição, estabeleceram (individual ou coletivamente) os padrões de riqueza a que todos os outros Estados aspiram. Os demais países são considerados como periféricos.

Ele mostra, tomando dados do período de referência, que os países do núcleo orgânico têm obtido parcelas crescentes da produção global. Com a atualização dos dados de ARRIGHI, é possível estender esta consideração de modo a englobar o período dos anos 1990.

Os dados permitem apreender ainda a tendência das modificações em curso, aferindo a alteração nas inserções individuais de cada uma das economias. Com este sentido, ele formula indicadores do grau de concentração de riqueza e da performance das economias nacionais. A intenção é mostrar a significativa concentração da riqueza global e a manutenção das posições históricas, exceto em casos isolados, que apenas confirmam a regra. A participação na produção de riqueza é comparada com as mesmas participações quanto às populações, considerando que as mesmas são uma proxy de uma participação desejável.

Em ALMEIDA FILHO e CORRÊA (2000) há uma atualização até 1997 desses dados. Observa-se uma grande heterogeneidade quanto à população, área territorial e dimensão absoluta dos produtos sociais dos países do núcleo orgânico. Porém, todos os países deste núcleo apresentam um PNB percapita elevado, variando de US\$ 19,000 a 44,000. Além disto, esses países têm posições geopolíticas ou participações históricas na definição das linhas de atuação dos organismos internacionais. Os dados mostram que permanece uma forte concentração de riqueza.

Dos dados é possível construir uma medida aproximada do poder de comando dos países do núcleo orgânico sobre os demais países. O coeficiente percentual do PNB percapita de cada país em relação ao PNB percapita do núcleo orgânico representa uma medida do “comando econômico relativo” do país em questão. Dito de outro modo, este indicador expressa, aproximadamente, o comando médio dos habitantes deste país sobre os recursos humanos e naturais do núcleo orgânico, em relação ao comando médio dos habitantes do núcleo orgânico sobre os recursos humanos e naturais do país.

O indicador merece dois comentários: o primeiro, é que ele não tem qualquer conotação de bem-estar, ou nível de vida social; o segundo, é que o indicador consiste numa simplificação do grau de comando real sobre a riqueza, uma vez que não se estabelece uma relação biunívoca entre o país e o núcleo orgânico. Há diversas transações e controles que ocorrem no interior do conjunto dos países periféricos, que apresentam, eles mesmos, graus

distintos de desenvolvimento. Não obstante, os indicadores mostram razoavelmente o resultado e a evolução das inserções dos países na divisão internacional do trabalho.

Os dados em seu conjunto mostram que houve uma alteração importante de inserção dos países, com uma ascensão significativa dos países da Ásia no comando relativo da riqueza. Em contraste, mostra também como a América Latina não apresentou avanços dignos de destaque.

Segundo ARRIGHI (1997), mesmo aferindo-se um avanço recente dos países da Ásia não há uma alteração do núcleo orgânico, porque os avanços não são ainda considerados estruturais. Do conjunto de países, o Japão é o único que, ao longo do período estudado, muda de posição relativa: em 1938 tinha um PNB percapita muito inferior ao do núcleo orgânico (20,7); entretanto, em 1988 já superava este nível (117,9). Porém, nenhum outro desempenho econômico no leste e sudeste da Ásia sequer se aproxima do desempenho japonês num período de tempo significativo.

Dentro deste contexto, mesmo considerando a melhora relativa do poder de comando de alguns dos demais países da Ásia, sugere-se que essas condições não estão consolidadas. Neste sentido, a referência à Coreia do Sul como um novo “milagre” deve ser relativizada (mesmo levando em conta os dados de 1997). Uma maneira de reforçar este argumento é observar que o comando médio dos países da Ásia em conjunto apresenta-se ainda muito baixo.

No total, os dados mostram-nos que a concentração da riqueza continua tendo como foco o núcleo orgânico e que a grande maioria dos demais países continua numa situação periférica, apresentando um desempenho econômico relativo muito inferior. O ponto importante a assinalar é que o desenho do capitalismo global, visualizado pelas inserções dos diversos países na divisão internacional do trabalho, ou visualizado pelas participações relativas na produção da riqueza global, mantém-se virtualmente inalterado.

Não obstante, considerando-se o que foi observado na seção 2, a preservação aproximada dessas inserções dos dois grupos – núcleo orgânico e Periferia – determina uma nova forma de relação entre as mesmas, em razão das características do capitalismo atual, sobretudo a integração dos mercados financeiros.

Esta nova forma de relacionamento entre o centro dinâmico e a Periferia tem sido observada por diversos estudos de organismos internacionais. No caso da América Latina, há relatórios anuais da CEPAL mostrando que, nos países da região, as participações do comércio

externo na geração da riqueza nacional amplia-se, ao tempo em que se acentuam a vulnerabilidade e instabilidade potenciais das economias. A queda da institucionalidade de Bretton Woods, com flutuação livre das taxas de câmbio, diminuiu estruturalmente a condição de defesa das economias contra “choques adversos”, estabelecendo vínculos institucionais entre as mesmas, que funcionam como elos de uma corrente. Em tal situação, a subordinação da Periferia ao núcleo orgânico a que estamos nos referindo fica muito mais explicitada.

Paradoxalmente, o aumento das interfaces entre as economias não produziu melhores resultados globais, já que a aderência maior pode denotar uma cooperação maior. Relatórios do Banco Mundial, OCDE e CEPAL mostram uma queda relativa no crescimento das economias nos últimos trinta anos, se comparado com o da fase anterior. Os mesmos relatórios mostram que o crescimento médio dos países da OCDE, Japão e Europa, tomados isoladamente, não atingiram os níveis do período 1960-1973.

O cruzamento das duas evidências – manutenção dos “comandos relativos sobre a riqueza” e queda nas taxas de crescimento – estabelece um contexto geral para a análise de situações particulares.

Os dados empíricos publicados pela CEPAL para a América Latina sobre os fluxos externos totais mostram uma queda na participação relativa da região. O Relatório de 1999, sobre “La Inversión Extranjera”, mostra que, de 1990 a 1998, houve um crescimento dos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos na América Latina, porém inferior ao crescimento apresentado por esses fluxos nos países desenvolvidos<sup>4</sup>. Dados constantes do “Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe” mostram igualmente uma expansão do comércio, com ênfase nas importações.

Segundo o relatório, a “profunda modernização” que houve nas políticas comerciais dos países da região durante os anos 1990, que, em parte, foi responsável pelo crescimento recente das exportações, não foi suficiente para impedir que as importações continuassem sendo o segmento mais dinâmico da inserção comercial. Entre 1990 e 1997, o aumento na quantidade importada pelos países da América Latina foi 40% superior ao aumento das exportações. Ao final de 1997, o valor real das importações era 35% superior ao das exportações, em parte porque a partir de 1995 os termos de intercâmbio foram favoráveis às exportações.

---

<sup>4</sup> - Países desenvolvidos são entendidos pelo relatório como os países da OCDE. Os dados são apresentados em gráficos, dificultando uma reprodução no nosso texto.

O Relatório chama, ainda, a atenção para uma elevada elasticidade-renda da demanda regional de importações, associada a um processo de reestruturação das plantas produtivas e a um aumento da proporção de insumos importados na produção local. As restrições internas ao crescimento das importações estão dadas, em cada país, pelo nível de atividade econômica, pela capacidade de geração de saldos positivos na conta de serviços e pela capacidade de financiamento dos elevados déficits na conta comercial e de serviços.

A relevância dos dados regionais é que eles ajudam a sustentar a tese básica deste nosso trabalho: as inserções históricas das economias na divisão internacional do trabalho tendem a se preservar. Em outras palavras, as condições de expansão das economias periféricas continuam sendo relativamente desfavoráveis e dependentes dos espaços criados pela expansão das economias centrais.

Uma segunda maneira de especificar a nova forma de dependência diz respeito ao funcionamento do que comumente é caracterizado como sistema financeiro internacional. Embora não se possa falar ainda de uma institucionalidade internacional semelhante àquelas existentes em níveis nacionais, em termos de alcance regulador, há regras privadas e multilaterais que interferem decisivamente sobre o desempenho dos países que participam da divisão internacional do trabalho, isto é, das economias que participam dos fluxos comerciais e financeiros internacionais.

Quanto ao espaço multilateral, as regras conhecidas como de Bretton Woods foram substituídas por acordos multilaterais estabelecidos no âmbito das instituições que se abrigam sob o guarda-chuva da ONU – Organização das Nações Unidas. Dessas instituições, as mais importantes para o desempenho econômico dos países da Periferia são aquelas que dispõem de fontes de financiamento, porque podem estabelecer condições de acesso aos recursos – *cross conditionalities* –, que funcionam como determinantes externos das políticas nacionais, dos países que carecem de apoio internacional.

Considerando que a ONU é um espaço multilateral que opera a partir de contribuições dos seus países membros, e que essas contribuições têm uma relação com os PNBs, há uma assimetria das influências que os diversos países podem ter no firmamento de posições ou políticas dos diversos órgãos abrigados nesta organização. Neste sentido, a mesma formulação de ARRIGHI (1997) pode ser adotada para mostrar que a perspectiva dos países do núcleo orgânico prevalece na definição dos parâmetros de ação, tanto da política global quanto da política de cada um dos órgãos.

Esta “influência” da perspectiva dos países do núcleo orgânico foi decisiva para se estabelecer o que ficou conhecido como Consenso de Washington, que consiste numa agenda de pontos de política econômica, que pretensamente deveria ser adotada por países em dificuldades econômicas internas. Na prática, os países que se submeteram a esta agenda foram os países da periferia.

Dados apresentados no mais recente e completo documento da CEPAL – Globalização e Desenvolvimento (2002) – mostram que a execução das políticas do Consenso não produziu o efeito de alavancar os crescimentos dos países com problemas. Ao contrário, a taxa média de crescimento desses países, sobretudo daqueles situados na América Latina e Caribe, caiu significativamente.

Por outro lado, a integração dos mercados financeiros numa condição de concentração de capitais ampliou demasiadamente o escopo das possibilidades de aplicação financeira do grande capital industrial e de investidores institucionais. Mesmo com o avanço da informática, que permite o tratamento de um número crescente de variáveis de análise, há um custo de levantamento e acompanhamento das mesmas que justifica, nos termos da teoria dos custos de transação, a criação de empresas voltadas exclusivamente para esta função – as empresas de avaliação de risco de investimento.

Ora, essas empresas, a exemplo do que ocorre com os órgãos multilaterais, incorporam práticas de política econômica que consideram desejáveis para gestão das economias. Muitas delas formulam modelos econométricos que contêm premissas do que seriam os “fundamentos sólidos” de uma economia. A perspectiva é de avaliar o grau de confiança que os investidores podem ter para o resgate de suas aplicações. Com base nos dados de cada economia são montados rankings das melhores oportunidades de investimento.

Em CORRÊA e ALMEIDA FILHO (2002) há uma breve apresentação da sistemática de montagem das avaliações. Fica evidente o privilégio para as economias do núcleo orgânico cujas variações de avaliação de risco são muito menores do que as variações de risco dos países da periferia. Neste caso, os efeitos podem ser calculados, porque as avaliações interferem decisivamente sobre os fluxos financeiros, especialmente porque a implementação de políticas neoliberais ampliou a dependência dos países da periferia das divisas internacionais: quanto maior o déficit em transações correntes, maior a vulnerabilidade, isto é, maior a dependência dos fluxos de capitais e das avaliações de risco dessas empresas.

A maior dependência estrutural de fluxos positivos de capitais tem levado uma parcela significativa dos países periféricos a alto endividamento externo, retomando um processo que foi interrompido nos anos 1980. Da mesma forma, tem havido um crescimento do endividamento interno de diversas economias.

Entretanto, uma vez que a situação se instala, a reversão é difícil e custosa. Caracterizada a incongruência entre os fluxos comerciais e financeiros, o ajuste do câmbio e a adoção do câmbio flutuante apresentam limites para a recomposição do balanço de pagamentos. Pela descoordenação que causa entre decisões de investimento produtivo e decisões de aplicação de portfólio, as medidas de política econômica de ajuste do câmbio, ou mudança de regime com a adoção do câmbio flutuante, apresentam limites, especialmente quando adotadas isoladamente, sem reformas mais profundas.

Desta situação, gera-se um paradoxo, pois as agências de *rating* e os organismos multilaterais passam a exigir a melhoria dos “fundamentos do país”. Como o ajuste deve envolver a garantia de pagamento dos passivos assumidos e como para eles não se coloca a possibilidade de reduzir os juros em momentos de forte necessidade de capital, o aval destes organismos sempre vai à mesma direção histórica: (i) exigência do aprofundamento da liberalização comercial, justamente em países que enfrentam desequilíbrios de balanço de pagamentos e (ii) ajuste fiscal (corte de gastos e aumentos de impostos) mais elevação da taxa de juros, justamente em economias que atravessam fases de recessão ou desaceleração e que terão também a própria dívida afetada pelo crescimento dos juros.

A análise de *rating* fica na estrita observância dos movimentos que envolvem a relação dívida/PIB. Conforme já citamos, o indicador mais usado para analisar a capacidade do país honrar seus compromissos é o da dívida líquida do Setor público/PIB. Na ótica do mercado, a dívida líquida (obrigações financeiras deduzidas dos créditos) é o indicador mais sensível ao risco de uma futura moratória.

Todos esses aspectos considerados, sustentamos que os elementos históricos apontam para o aprofundamento da dependência da Periferia em relação ao **núcleo orgânico**, com aumento do escopo dos aspectos de subordinação das economias ao “desiderato externo”, isto é, à perspectiva dos capitais e investidores externos. Assim, parece-nos lícito afirmar que a problemática que motivou o debate histórico da **teoria da dependência** continua viva, mais do que nunca, e merecedora de atenção e esforço de reflexão da nossa parte, pelas repercussões que pode apresentar para a discussão das estratégias e limites de desenvolvimento dos países que não são líderes da dinâmica econômica global.



Mesmo assim, pelas circunstâncias históricas em que se forjou, o **aporte da dependência** não nos informa, por ele mesmo, em que ponto teórico uma possível retomada da discussão sobre o tema deva ser retomada. Por esta razão, é preciso começar por discutir o ponto de partida.

#### **4. A agenda teórica de retomada do debate sobre a dependência.**

Em que ponto do debate histórico sobre a dependência pode encontrar-se um elemento teórico que sirva de ponte com os termos de um debate hoje? Parece-nos inevitável estabelecer um vínculo com a discussão clássica a respeito do status teórico da Dependência, porque este é o aspecto que divide as principais correntes históricas no âmbito da Teoria da Dependência, além de ser o aspecto cujas referências concretas apresentam mudanças qualitativas, em razão do aprofundamento dos vínculos sistêmicos entre os países capitalistas.

Na seção 2 deste ensaio, mostramos as diferenças que existem a este respeito entre as perspectivas de CARDOSO & FALETO e DOS SANTOS & MARINI. Estes últimos sustentam que a questão da dependência constitui-se num objeto teórico bem definido, no qual se encontram elementos teóricos suficientes para configurar uma dimensão teórica. CARDOSO & FALETO, ao contrário, consideram que os elementos teóricos da Teoria do Imperialismo são suficientes para dar base a uma interpretação das situações de dependência, colocada em nível de cada uma das formações sociais.

A nosso juízo, essas diferenças aparecem de uma forma clara no tratamento conferido por cada uma das duas perspectivas à idéia de sistema capitalista mundial. Este, com efeito, é um conceito central da leitura dos neo-Marxistas que é contestado não apenas por CARDOSO & FALETO, mas por marxistas ortodoxos. A questão é que não se aceita que haja um âmbito de determinação do processo de acumulação de capital próprio a este nível de abstração. Por esta razão, a argumentação mais explícita em contrário feita por CARDOSO é que a questão da dependência pertence ao nível de abstração relativo à problemática do imperialismo.

Na verdade, a própria Teoria do Imperialismo é controversa – há uma polarização entre as posições principais de LENIN e KAUTSKY que guarda similaridade com o debate que apresentamos. Segundo LENIN:

*“... O imperialismo surgiu como desenvolvimento e seqüência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do se desenvolvimento, quando certas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma*

*época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob o ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. (...) O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior. (...) Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo”.(LENIN, 1982:87).*

Portanto, para LENIN, o imperialismo caracteriza-se como resultado de uma mudança da natureza do processo concorrencial, que marca a passagem do nível teórico do capital em geral para o nível teórico da pluralidade dos capitais. Trata-se assim de uma mudança evolutiva do capitalismo que se expressa numa fase superior de desenvolvimento e que antecede, lógica e historicamente, a fase de configuração do sistema capitalista mundial, conceito fundamental à Escola Cepalina e aos neo-Marxistas.

Neste sentido, o imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do Capitalismo Monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação. A teoria tem três elementos: 1) a análise da acumulação capitalista; 2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios; e 3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em ‘países’. Como o primeiro elemento implica o segundo, restam apenas dois elementos distintos. Estes se combinam para produzir linhas correlatas, mas distintas, de investigação: a) as relações entre os países capitalistas (concorrência imperialista); b) o impacto do capitalismo sobre formações sociais não-capitalistas (‘articulação de modos de produção’); e c) a opressão dos povos subjugados pelo domínio do capital, ou seja, ‘a questão nacional’. Na teoria marxista ortodoxa, a obra de LENIN constitui a base da teoria do imperialismo. É também a base para a crítica feita por CARDOSO (1995:99-102) a DOS SANTOS e MARINI, embora não se reconheça no primeiro um representante da teoria marxista ortodoxa<sup>5</sup>.

Por outro lado, LENIN critica a posição de KAUTSKY, esta reconhecida pela historiografia como a matriz da Teoria da Dependência.

*“... Mas, a propósito da definição de imperialismo o que importa, sobretudo é discutir com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época, [que] ergueu-se resolutamente contra as idéias fundamentais contidas na nossa definição de imperialismo, declarando*

---

<sup>5</sup> Esta crítica está expressa no artigo “A dependência revisitada”, publicada na coletânea CARDOSO, F.H. (1995).

*que por imperialismo é preciso não entender uma ‘fase’ ou um degrau da economia, mas uma política, uma política determinada, mais precisamente a que ‘prefere’ o capital financeiro, e, precisando, que não poderá ‘identificar’ o imperialismo com o ‘capitalismo contemporâneo’, que, se é necessário entender por imperialismo ‘todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo’ – cartéis, protecionismo, supremacia dos financistas, política colonial – então a questão da necessidade do imperialismo para o capitalismo reduzir-se-á à ‘mais completa tautologia’ pois, então ‘resulta por si que o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo’”, etc.. Nós não poderíamos exprimir melhor o pensamento de Kautsky do que citando a sua definição de imperialismo dirigida em linha reta contra a essência das idéias que expusemos.*

*(...) A definição de Kautsky é a seguinte: ‘o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Ele consiste na tendência que tem cada nação capitalista industrial para anexar ou submeter regiões agrárias sempre maiores, quaisquer que sejam os povos que as povoam.’ (...) Esta definição não vale absolutamente nada, pois ela põe em destaque unilateralmente, isto é, arbitrariamente apenas a questão nacional (aliás, altamente importante em si mesma e em suas relações com o imperialismo), relacionando-a, de maneira arbitrária e inexata, apenas com o capital industrial dos países anexionistas e colocando em lugar de relevo, de uma maneira não menos inexata e arbitrária, a anexação das regiões agrárias.*

*O imperialismo é uma tendência para anexações: eis ao que se reduz a parte política da definição de Kautsky. Ela é correta, mas muito incompleta, porque, politicamente, o imperialismo tende, de uma maneira geral, para a violência e a reação. Porém, o que nos interessa aqui é o aspecto econômico da questão, aquele aspecto que o próprio Kautsky introduz na sua definição.” (LENIN, 1982:89-90)*

O tratamento explícito das divisões políticas é o que distingue o conceito leninista de imperialismo do conceito de KAUTSKY. Para LENIN, a ‘exportação de capital’ ocorre no contexto de um mundo dividido por diferentes classes dominantes, cujo poder é representado pelo Estado de cada país. Assim, a exportação de capital implica o papel de mediação dos Estados dos respectivos países e o conflito potencial entre os interesses das classes dominantes dos diferentes países. Este último pode ocorrer entre Estados capitalistas (rivalidade intercapitalista), ou entre um Estado capitalista e um Estado ou classe dominantes pré-capitalista. Ele conferiu ênfase particular à rivalidade intercapitalista, desenvolvendo sua conclusão política básica de que a acumulação na fase imperialista cria a tendência para as guerras intercapitalistas.

Por outro lado, KAUTSKY, como aparece na citação da página anterior, definiu o imperialismo como a relação entre países capitalistas adiantados e países subdesenvolvidos (áreas agrárias) e argumentou explicitamente que os conflitos entre as classes dominantes nos países capitalistas adiantados tendiam a desaparecer durante a fase imperialista. Essas duas pedras fundamentais da teoria de Kautsky influenciaram a literatura teórica produzida sobre o imperialismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, mais claramente, a Teoria da Dependência. (BOTTOMORE, 1988:187-188)

Lembremo-nos ainda que, no que diz respeito ao processo de acumulação de capital, a questão do imperialismo pode ser identificada ao problema da “expansão dos mercados”, portanto, ao problema da demanda efetiva. Esta é uma posição contestada por LENIN, por expressar a idéia de subconsumo, enquanto ele mesmo sustenta que há uma tendência inerente ao capitalismo de superacumulação. Neste caso, o movimento histórico de sustentação é o relativo ao processo de exportação de capitais, que ocorre intensamente no pós-segunda guerra, mas que já se mostrava no começo do século.

Em KALECKI (1983), há uma avaliação da pertinência desta formulação através da discussão das proposições de TUGAN BARANOVSKI e ROSA LUXEMBURGO. Para esta última, não seria possível a acumulação ampliada sem a incorporação de novos mercados ao capitalismo, porque haveria um limite da demanda potencial dado pela dimensão das populações e, portanto do consumo. TUGAN não considera este um problema, pois entende que o capital supera esses limites, desde que as “proporções adequadas” do produto nacional sejam aplicadas corretamente.

KALECKI critica as duas proposições. Segundo ele, TUGAN acentua o ponto de que sua teoria estaria certa independente de cortes no consumo dos trabalhadores e estabilização do consumo dos capitalistas. Em tese, isto de fato poderia ocorrer desde que houvesse uma compensação por um nível suficientemente alto do investimento. No entanto, considerando que no capitalismo as decisões de investir são individuais, não faria nenhum sentido ampliar os gastos em investimentos numa condição de consumo cadente.

Mas, interessa-nos a crítica à posição de ROSA LUXEMBURGO. Segundo KALECKI, ela considera a reprodução ampliada no longo prazo, sem existência de “mercados externos”, como impossível. A razão para isto é que ela, de algum modo, considera que as decisões por parte dos capitalistas são tomadas em bloco, como classe. E esta classe se frustraria pelo conhecimento de que não há um mercado final para o excedente de bens correspondente à acumulação, indagando-se: porque investir nesta condição?

No entanto, como frisa bem KALECKI, os capitalistas não investem como classe, e, portanto, não poderiam fazer uma consideração conjunta de uma limitação do potencial de realização interna do excedente. Isto não quer dizer que não haja um problema de acumulação ampliada, apenas que este problema não está imbricado com a necessidade de mercados externos, que são justamente os mercados dos países subdesenvolvidos. Para KALECKI, a questão do subdesenvolvimento está ligada, muito mais, a um problema de incapacidade dinâmica de incorporarem-se os trabalhadores ao consumo típico dos capitalistas, ampliando as oportunidades de investimento, isto é, trata-se de um problema típico de demanda efetiva.

Em síntese, a **teoria do imperialismo** tem como foco o processo global de acumulação – as exigências do processo de acumulação ampliada – e as suas conseqüências, transitando do âmbito da **concorrência** ao âmbito do **sistema capitalista**, no qual ocorre um confronto entre países no processo de divisão de funções e de divisão do excedente. Há um aspecto de fundo que interfere decisivamente nesta consideração que é a transição de um ambiente de concorrência competitiva para um outro de concorrência monopolista, alterando a forma dos vínculos internos orgânicos entre os países – o nível da dependência.

Desta síntese, apresenta-se a questão colocada por CARDOSO (1995:102): há um espaço teórico próprio para a questão da dependência, ou “a questão fundamental passa a ser (...) muito mais uma questão substantiva: como caracterizar as situações vigentes e pretéritas de dependência?”. Parece-nos que esta questão ainda persiste, muito embora tenha sido considerada devidamente respondida pelo autor. Entendemos que as transformações empreendidas pelo capitalismo na fase de concorrência monopolista, especialmente desde os anos 1990, sugerem que alguns aspectos da dependência constituem-se em limites permanentes, estruturais, e que talvez mereçam uma teoria própria.

#### ***4. A título de conclusão***

A **teoria da dependência** ficou relegada a um segundo plano nas discussões do desenvolvimento capitalista por ser concentrar na análise dos países subdesenvolvidos. A proposição fundamental originária da corrente de FRANK e, com qualificações e aprofundamento teórico, de DOS SANTOS e MARINI, é que o subdesenvolvimento é condicionado por forças externas e que as suas causas estão nas relações de troca, reiteradamente desfavoráveis aos países que se encontram nesta condição. O subdesenvolvimento persiste porque os mercados internos desses países jamais atingiriam a

dimensão dos mercados dos países desenvolvidos. O mercado insipiente engendra a necessidade de trocas internacionais recorrentemente desfavoráveis.

Desta forma, nos países subdesenvolvidos, o papel do trabalhador é de produtor, cujo produto do trabalho é exportado. Como o produto é exportado, não há a necessidade de que a classe trabalhadora constitua-se enquanto consumidora de produtos de consumo capitalista, aqueles responsáveis pelo dinamismo da produção, podendo os seus salários ser abaixados sem limite. Desse modo, os trabalhadores são superexplorados no país dependente. Cria-se um círculo vicioso – como os produtos são exportados, os trabalhadores não são essenciais à realização do excedente; não sendo essenciais, seus salários podem ser comprimidos, diminuindo dinamicamente ainda mais as diferenças entre os mercados dos países subdesenvolvidos e subdesenvolvidos.

Denota-se na crítica a esta visão realizada por CARDOSO (1995) que haveria fragilidades semelhantes àsquelas existentes nas formulações de natureza subconsumista, como a de ROSA LUXEMBURGO, já comentada na seção anterior deste ensaio.

Contudo, guardadas as diferenças históricas entre os anos 1950/60, em que ocorre o debate latino-americano sobre a Dependência, e os anos 1990/2000, período no qual ocorrem a integração dos mercados financeiros, nova leva de concentração de capitais, sobretudo pelo processo de fusão de unidades, e mundialização da produção de riqueza, persistem as diferenças de desenvolvimento entre países, de uma forma suficientemente forte a caracterizar uma “dependência estrutural” para os menos desenvolvidos.

Por outro lado, a historiografia reconhece elementos diferenciadores da fase atual do capitalismo em relação à fase caracterizada por LENIN de capitalismo monopolista. Como a crítica deste a KAUTSKY, referencia inicial dos teóricos da dependência, era de que o mesmo não percebia o alcance da determinação das relações entre os países, marcadamente uma relação de dependência, pois não incorporava em suas análises as mudanças fundamentais do processo concorrencial capitalista, é de se perguntar se o foco nas relações entre os países já não se constitui numa questão teórica em si.

Sugerimos que a consolidação do espaço multilateral, tratado na seção 3, configurado pelos órgãos que são parte do guarda-chuva da ONU, ao tempo em que ocorrem novas transformações no processo concorrencial capitalista, podem configurar uma nova fase de evolução do capitalismo global. Se, mesmo assim, persistem relações estruturais no interior do “sistema capitalista global”, nos termos que foram a base da **teoria da dependência**, é de

se perguntar se não há espaço para uma configuração de um objeto teórico distinto do da **teoria do imperialismo**.

Sendo assim, consideramos que uma possível agenda<sup>6</sup> de discussão sobre o tema poderia ser a seguinte:

1. recuperação dos termos do debate originário do Aporte da Dependência;
2. avaliação da evolução dos trabalhos sobre o tema dependência e verificação se os mesmos abrem novas vertentes ainda não exploradas;
3. avaliação, à luz das transformações recentes do capitalismo, se há expansão do campo teórico de discussão da idéia de dependência;
4. reformulação dos termos da formulação originária da dependência.

Evidentemente, o corpo do texto deste ensaio e a própria agenda sobre a dependência apontam para uma posição nossa *apriori* que é favorável a um espaço de discussão sobre dependência, na medida em que questões que foram caracterizadas no passado como circunstâncias de um processo de transição entre formas de concorrência, ganharam, pela recorrência o status de questões estruturais.

---

<sup>6</sup> Em ARAÚJO (2001) há uma discussão mais detalhada sobre a teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na Periferia, a partir de uma avaliação crítica e comparativa das contribuições de FERNANCO HENRIQUE CARDOSO e RUI MAURO MARINI. Ele conclui, como fizemos, que se trata muito mais de um aporte, além de concordar que há aspectos a serem recuperados para uma discussão mais consistente sobre o capitalismo periférico. Propõe uma agenda de três problemas não resolvidos: (i) avaliar se existe espaço para a questão da dependência no contexto da investigação sobre o desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas; (ii) supondo que a resposta seja sim, como tratar o fenômeno; (iii) que peso deve ser atribuído ao fenômeno da dependência? Entendemos que são pontos convergentes com a agenda que estamos propondo.

## ***Referências Bibliográficas***

- ALMEIDA FILHO N. & CORRÊA, V. P. (2000). “Transição brasileira: a configuração exemplar da nova forma de dependência dos países em desenvolvimento”, Anais da Jornada de Economia Política, ANPEC/SBE/SEP, Campinas.
- ARAÚJO, E.S. (2001) A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: As Versões de Cardoso e Marini. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 132p.
- ARRIGHI, G. (1997). “A ascensão do leste asiático: um milagre ou muitos?”. In ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 53-92.
- BOTTOMORE, T. (1988) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARDOSO, F.H. (1995) **As Idéias e o seu Lugar**. 2ª. edição; Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARDOSO, F.H. e FALETO, E. (1969) **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7ª. edição; Rio de Janeiro: Guanabara.
- CORRÊA, V.P. & ALMEIDA FILHO, N. (2002) “Armadilha Macroeconômica e Custos de Reversão no Curto Prazo: os Dilemas da Política Econômica no Brasil”. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, PR.
- DOS SANTOS, T. (1970) “Structures of Dependence”. **The American Economic Review**, New York, pp 231-236.
- DOS SANTOS, T. (2000) **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRANK, A.G. (1977) “Dependence is dead, long live dependence and the class struggle”. **World Development**, vol.5 (4), april.
- FRANK, A.G. (1967) **Capitalism and Underdevelopment in Latin América**. Monthly Review Press.
- FRANK, A.G. (1970) **Lumpenbourgeoisie: Lumpendevlopment**. Monthly Review Press.
- HETTE, B. (1990) **Development Theory and the Three Worlds**. SAREL Report, R-2, Estocolmo.
- HUNT, D. (1989) **Economic Theories of Development**. London: Harvester.
- KALECKI, M. (1977) **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: HUCITEC.
- KAY, C. (1989) **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. Londres: Routledge.
- LARRAIN, J. (1989) **Theories of Development**. Londres: Blackwell.
- LECHMAN, D. (1990) **Democracy and Development in Latin América**. Philadelphia: Temple University.
- LENIN, V. (1982) **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 2ª. Edição; Global Editora..
- MARINI, R.M. (2000) **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- PALMA, G. (1979) “Dependency and development: a critical overview”. In ROXBOROUGH, I. **Theories of Development**. Macmillan Press.